

SINAL AMARELO NAS CONTAS

Gasto com servidores está perto do limite legal em Vitória e Serra

Prefeituras receberam alerta do Tribunal de Contas também devido à queda na arrecadação

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vvalfre@redgazeta.com.br

O Tribunal de Contas do Estado (TCES) acendeu o sinal amarelo para as prefeituras de Vitória e Serra. Ontem, o plenário da Corte emitiu parecer de alerta para os dois municípios por conta dos gastos elevados com o funcionalismo.

O limite máximo para gasto com pessoal, definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é de 54% da receita corrente líquida das prefeituras, e os alertas começam a ser dados quando o município ultrapassa a barreira dos 48,6% em despesa com folha.

No primeiro quadrimestre deste ano, a despesa na Capital correspondeu a 48,78% dessa receita. Na Serra a situação é mais grave: a prefeitura já comprometeu 51,25% do caixa com servidores. Isso significa que o município beira o chamado limite prudencial (51,3%).

Caso a administração de Audifax Barcelos (PSB) alcance este índice, a LRF estabelece vedações, como proibição de oferecimento de reajustes, de criação de

PROJEÇÃO

"Fecharemos abaixo dos 54%. Nosso planejamento é de manter equilíbrio das despesas com pessoal e aumentar a arrecadação do município"

CLÁUDIO MELLO
SECRETÁRIO DE
ADMINISTRAÇÃO DA SERRA

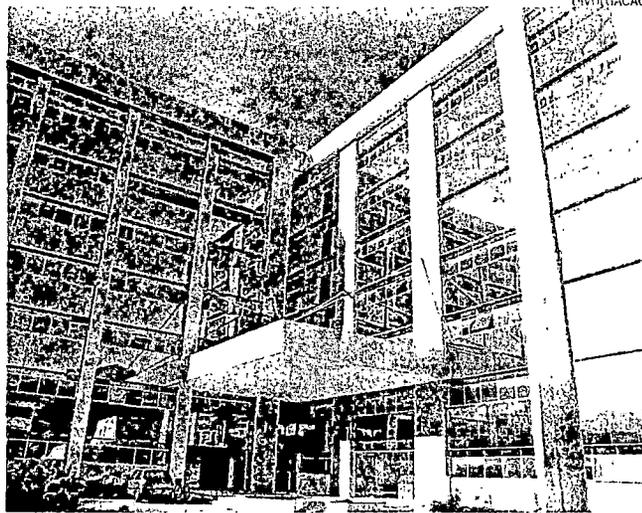
cargos e de contratação de novos servidores.

O gestor que fecha o ano extrapolando os 54% pode ser punido com um parecer pela rejeição das contas no TCES e até ficar inelegível.

A Prefeitura de Linhares também recebeu parecer de alerta, ontem, por comprometer 49,68% da receita com pessoal.

ARRECADAÇÃO

Serra e Vitória também receberam alertas porque a meta de arrecadação do segundo bimestre ficou abaixo da estipulada no orçamento anual. A gestão de Audifax tinha como meta arrecadar R\$ 451,5 milhões até abril, mas R\$ 336,6 entraram nos cofres. A de Luciano Rezende (PPS) arrecadou R\$ 533,1 milhões, enquanto a meta



Prefeitura da Serra está próxima do limite prudencial em gastos com servidor

era R\$ 622,3 milhões.

O secretário de Administração da Serra, Cláudio Mello, afirmou que o município trabalha para fechar o ano com o gasto com pessoal abaixo dos 54%. Para isso, está em processo contínuo de enxugamento da folha, com cortes de comissionados e tentativa de aumento na arrecadação. Mello atribui à queda nos repasses de verbas estaduais e federais, justificativa idêntica à da Prefeitura de Vitória.

"Entramos na gestão com esse índice elevado. Fizemos várias ações para tentar equilibrar. Em 2012, por exemplo, gastava-se R\$ 11,8 milhões com comissões. Em 2014, caiu para R\$ 1,4 milhão", citou o secretário.

JUSTIFICATIVA

Sobre a arrecadação abaixo da meta, Mello atribui à queda nos repasses de verbas estaduais e federais, justificativa idêntica à da Prefeitura de Vitória.

A respeito dos gastos com pessoal, a administração da Capital informou, por meio de nota, que vem adotando medidas práticas. "Dentre as orientações, o uso racional de aparelhos telefônicos, incluindo configuração dos computadores para modo econômico e impressões nos dois lados da folha", frisou.

O município prepara, para os próximos dias, novo plano de ajuste fiscal, incluindo demissões.

13º de secretários é suspenso

4 O pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCES) determinou, ontem, a suspensão do pagamento dos 13º salários, de férias e do auxílio-alimentação dos secretários municipais, vice-prefeito e prefeito de Cariacica, Juninho (PPS). A decisão plenária tem caráter de cautelar, com aplicação imediata.

Segundo o conselheiro relator do processo, Marco Antônio da Silva, os benefícios trabalhistas não devem ser concedidos aos agentes políticos por falta de previsão legal para que seja feito. O entendimento dele foi seguido pelos demais conselheiros do tribunal.

Embora não haja previsão legal, o plenário não mencionou haver irregularidade nos pagamentos. Também foi determinada a citação dos secretários para que se manifestem a respeito da suspensão. Caso os argumentos de defesa sejam acolhidos, o TCES poderá liberar o pagamento dos benefícios aos agentes políticos.

MUDANÇA NA CONSTITUIÇÃO

Tribunal ganha autonomia para propor leis

Assembleia aprovou regra que dá poder à Corte de Contas sem precisar do Executivo

▲ LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

A Assembleia Legislativa aprovou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite ao Tribunal de Contas do Estado (TCES) apresentar projetos de lei à Casa. A proposta já havia sido aprovada em primeiro turno e ontem passou pelo segundo.

Agora, basta apenas a promulgação — sem precisar da sanção do governador do Estado — para a

emenda passar a valer.

A PEC é de autoria do deputado Gilsinho Lopes (PR). "A proposta adequa a Constituição Estadual à Constituição Federal, que já prevê isso", diz o deputado. Atualmente, ainda de acordo com o republicano, o TCES tem que pedir ao governo do Estado que envie os projetos relativos à Corte de Contas à Assembleia.

O único voto contrário à PEC partiu de Sandro Locutor (PPS): "A Unale (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais) faz campanha para que as Assembleias não abram mão de suas



Tribunal de Contas vai poder propor leis à Assembleia

prerrogativas. Eu sou contra o Tribunal de Contas ter iniciativa de projetos".

DEFENSORIA

Ainda durante a sessão de ontem os deputados aprovaram, em primeiro turno, outra PEC, que assegura a atuação de defensores públicos em todas as comarcas do Estado.

O texto da proposta, também de autoria de Gilsinho, prevê que o Estado terá até oito anos para alocar os defensores em todas as unidades jurisdicionais. "O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional

à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população", diz o texto.

O líder do governo, Gildevan Fernandes (PV), orientou o voto a favor da matéria. Mas a votação em segundo turno ainda está em aberto. "O entendimento foi para aprovação em primeiro turno. O segundo turno é a ser combinado", disse Gildevan.

No Estado, de acordo com a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Espírito Santo (Adepes), há 185 profissionais, de um quadro de 269 cargos previstos em lei.

SINAL AMARELO NAS CONTAS

Gasto com servidores está perto do limite legal em Vitória e Serra

Prefeituras receberam alerta do Tribunal de Contas também devido à queda na arrecadação

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vperreira@redgazeta.com.br

O Tribunal de Contas do Estado (TCES) acendeu o sinal amarelo para as prefeituras de Vitória e Serra. Ontem, o plenário da Corte emitiu parecer de alerta para os dois municípios por conta dos gastos elevados com o funcionalismo.

O limite máximo para gasto com pessoal, definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é de 54% da receita corrente líquida das prefeituras, e os alertas começam a ser dados quando o município ultrapassa a barreira dos 48,6% em despesa com folha.

No primeiro quadrimestre deste ano, a despesa na Capital correspondeu a 48,78% dessa receita. Na Serra a situação é mais grave: a prefeitura já compromete 51,25% do caixa com servidores. Isso significa que o município beira o chamado limite prudencial (51,3%).

Caso a administração de Audifax Barcelos (PSB) alcance este índice, a LRF estabelece vedações, como proibição de oferecimento de reajustes, de criação de

PREVISÃO

"Fecharemos abaixo dos 54%. Nosso planejamento é de manter equilíbrio das despesas com pessoal e aumentar a arrecadação do município"

CLÁUDIO MELLO
SECRETÁRIO DE
ADMINISTRAÇÃO DA SERRA

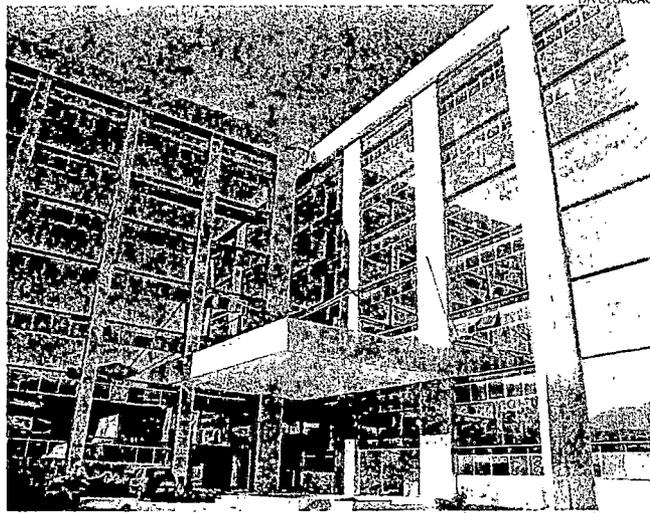
cargos e de contratação de novos servidores.

O gestor que fecha o ano extrapolando os 54% pode ser punido com um parecer pela rejeição das contas no TCES e até ficar inelegível.

A Prefeitura de Linhares também recebeu parecer de alerta, ontem, por comprometer 49,68% da receita com pessoal.

ARRECADAÇÃO

Serra e Vitória também receberam alertas porque a meta de arrecadação do segundo bimestre ficou abaixo da estipulada no orçamento anual. A gestão de Audifax tinha como meta arrecadar R\$ 451,5 milhões até abril, mas R\$ 336,6 entraram nos cofres. A de Luciano Rezende (PPS) arrecadou R\$ 533,1 milhões, enquanto a meta



Prefeitura da Serra está próxima do limite prudencial em gastos com servidor

era R\$ 622,3 milhões.

O secretário de Administração da Serra, Cláudio Mello, afirmou que o município trabalha para fechar o ano com o gasto com pessoal abaixo dos 54%. Para isso, está em processo contínuo de enxugamento da folha, com cortes de comissionados e tentativa de aumento na arrecadação. Mello diz ainda que o alto comprometimento da receita com o funcionalismo foi herdado da gestão passada.

"Entramos na gestão com esse índice elevado. Fizemos várias ações para tentar equilibrar. Em 2012, por exemplo, gastava-se R\$ 11,8 milhões com comissões. Em 2014, caiu para R\$ 1,4 milhão", citou o secretário.

JUSTIFICATIVA

Sobre a arrecadação abaixo da meta, Mello atribuiu à queda nos repasses de verbas estaduais e federais, justificativa idêntica à da Prefeitura de Vitória.

A respeito dos gastos com pessoal, a administração da Capital informou, por meio de nota, que vem adotando medidas práticas. "Dentre as orientações, o uso racional de aparelhos telefônicos, incluindo configuração dos computadores para modo econômico e impressões nos dois lados da folha", frisou.

O município prepara, para os próximos dias, novo plano de ajuste fiscal, incluindo demissões.

13º de secretários é suspenso

▲ O pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCES) determinou, ontem, a suspensão do pagamento dos 13º salários, de férias e do auxílio-alimentação dos secretários municipais, vice-prefeito e prefeito de Cariacica, Juninho (PPS). A decisão plenária tem caráter de cautelar, com aplicação imediata.

Segundo o conselheiro relator do processo, Marco Antônio da Silva, os benefícios trabalhistas não devem ser concedidos aos agentes políticos por falta de previsão legal para que seja feito. O entendimento dele foi seguido pelos demais conselheiros do tribunal.

Embora não haja previsão legal, o plenário não mencionou haver irregularidade nos pagamentos. Também foi determinada a citação dos secretários para que se manifestem a respeito da suspensão. Caso os argumentos de defesa sejam acolhidos, o TCES poderá liberar o pagamento dos benefícios aos agentes políticos.

MUDANÇA NA CONSTITUIÇÃO

Tribunal ganha autonomia para propor leis

Assembleia aprovou regra que dá poder à Corte de Contas sem precisar do Executivo

▲ LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

A Assembleia Legislativa aprovou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite ao Tribunal de Contas do Estado (TCES) apresentar projetos de lei à Casa. A proposta já havia sido aprovada em primeiro turno e ontem passou pelo segundo.

Agora, basta apenas a promulgação — sem precisar da sanção do governador do Estado — para a

emenda passar a valer.

APEC é de autoria do deputado Gilzinho Lopes (PR). "A proposta adequa a Constituição Estadual à Constituição Federal, que já prevê isso", diz o deputado. Atualmente, ainda de acordo com o republicano, o TCES tem que pedir ao governo do Estado que envie os projetos relativos à Corte de Contas à Assembleia.

O único voto contrário à PEC partiu de Sandro Locutor (PPS): "A Unale (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais) faz campanha para que as Assembleias não abram mão de suas



Tribunal de Contas vai poder propor leis à Assembleia

prerrogativas. Eu sou contra o Tribunal de Contas ter iniciativa de projetos".

DEFENSORIA

Ainda durante a sessão de ontem os deputados aprovaram, em primeiro turno, outra PEC, que assegura a atuação de defensores públicos em todas as comarcas do Estado.

O texto da proposta, também de autoria de Gilzinho, prevê que o Estado terá até oito anos para alocar os defensores em todas as unidades jurisdicionais. "O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional

à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população", diz o texto.

O líder do governo, Gildevan Fernandes (PV), orientou o voto a favor da matéria. Mas a votação em segundo turno ainda está a ser aberto. "O entendimento foi para aprovação em primeiro turno. O segundo turno é a ser combinado", disse Gildevan.

No Estado, de acordo com a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Espírito Santo (Adepes), há 185 profissionais, de um quadro de 269 cargos previstos em lei.